

IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE CONSUMO E PREÇOS DE ALIMENTOS

4

*Cristiana Tristão Rodrigues¹
Adriano Provezano Gomes²*

RESUMO: As transferências de recursos pelos programas sociais do governo federal às famílias pobres têm se expandido rapidamente. A expansão da renda afeta de forma significativa o consumo alimentar, uma vez que os recursos transferidos serão utilizados prioritariamente para a aquisição de alimentos. Assim, programas como o Bolsa Família (PBF) podem exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos. Este fato, somado ao cenário internacional de alta inflacionária para alimentos, requer maior atenção dos formuladores de política econômica e políticas públicas. Diante do exposto, este estudo objetivou analisar o comportamento de consumo alimentar das famílias de baixa renda do município de Viçosa - MG, buscando determinar a sensibilidade de itens alimentícios em relação à renda. A alta elasticidade-renda do dispêndio revelada

para a alimentação no domicílio, bem como para alguns itens que compõem este subgrupo, indica que qualquer aumento de renda recebido pelas famílias carentes de Viçosa será direcionado mais que proporcionalmente para estes bens, podendo, assim, exercer pressão sobre a demanda de alimentos. Cabe destacar que o resultado se mostrou preocupante, pois, justamente os produtos mais sensíveis ao aumento de renda, foram os que tiveram maior tendência de elevação de preços, caso do leite e derivados, que apresentaram elevada elasticidade-renda do dispêndio e grande variação de preços. Por fim, destacou-se que a inflação terá impacto diferenciado nas diferentes classes de renda. Portanto, uma alta inflacionária merece atenção dos formuladores de políticas públicas, já que esta alta tende a recair principalmente sobre as famílias de baixa renda.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família. Consumo alimentar. Inflação de alimentos.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda em Economia Aplicada na mesma universidade.

² Doutor em Economia Aplicada pela UFV e professor associado do Departamento de Economia da mesma universidade.

I. CENÁRIO

I.1. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À FOME NO BRASIL

I.1.1. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Atualmente, no combate à pobreza e como política de transferência de renda, o governo federal conta, principalmente, com o Programa Bolsa Família (PBF), que está sob o amparo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De acordo com a Lei 10.836, de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 abril de 2006, o PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades positivas, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Os valores pagos por este programa variam de R\$ 18,00 (dezoito reais) a R\$ 112,00 (cento e doze reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças, gestantes e nutrízes.

Este programa tem demonstrado uma expansão rápida, tendo sido introduzido em todos os 5561 municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. O número de famílias atendidas passou de 7,63 milhões, em setembro de 2005, para 11 milhões, em março deste ano, ou seja, uma evolução de 44% (MDS, 2007).

Em 2007, o PBF atendeu a cerca de 45,8 milhões, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2007). Segundo estimativas do IBGE (2004), a população brasileira é de quase 190 milhões de pessoas. Ou seja, de acordo com os números divulgados pelo ministério, um em cada quatro brasileiros está sendo beneficiado.

A população do município de Viçosa, que segundo IBGE (2004) possui aproximadamente 72.000 habitantes, também tem sido contemplada com os benefícios do PBF. De acordo com os dados do programa na cidade, 2950 famílias estavam sendo atendidas no final de 2007. A estimativa em 2004 do número de famílias pobres na cidade, ou seja, com perfil bolsa família – renda *per capita* familiar até R\$ 120,00 – era de 2971. Sendo assim, pode-se concluir que praticamente toda a população-alvo tem sido atendida.

I.1.2. O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (BOLSA-FAMÍLIA)

As transferências de recursos pelos programas sociais do governo federal às famílias pobres estão assumindo peso crescente na composição da renda disponível para o consumo. Sendo assim, os programas de transferência de renda podem exercer pressão sobre a demanda interna. Dada a rápida expansão do programa, esta é uma observação evidente. Logo, é fundamental que o programa receba atenção especial.

O PBF tem injetado na economia aproximadamente R\$ 9 bilhões, o que representa quase 0,5% do PIB. Embora o valor não seja tão alto, merece atenção para possíveis impactos inflacionários, principalmente diante da conjuntura mundial atual, em que choques de oferta e de demanda têm contribuído para pressionar a alta inflacionária.

Segundo a teoria econômica de inspiração *keynesiana*, o gasto que o governo efetua resulta em novas demandas, gerando um processo que tem continuidade na cadeia produtiva. No caso de transferência de renda às famílias, o impacto variará de acordo com a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade, maior será o impacto. No caso da população-alvo do Bolsa Família, principalmente junto às famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a 1 (MARQUES, 2005).

A expansão da renda afeta de forma significativa o comportamento de consumo, já que o rendimento mensal é uma das variáveis que mais afetam o consumo familiar. Diante de um aumento de renda para as famílias carentes, elas tendem, na maioria das vezes, a destinar os seus recursos para o grupo alimentação. Portanto, a pressão sobre a demanda ocorrerá principalmente sobre os gêneros alimentícios.

Há indicações de que quando a família recebe dinheiro, ao invés de comprar alimentos, ela faz uso destes recursos para outros fins. Caso as famílias tenham a intenção de utilizar o dinheiro de outras formas que não para alimentação, elas encontram motivos para tal, pois vivenciam múltiplas necessidades. No entanto, de acordo com Burlandy (2007), estudos vêm indicando que, no caso dos programas de Transferência Condicionada de Renda, os recursos transferidos são utilizados prioritariamente para a aquisição de alimentos.

Uma avaliação do Programa Bolsa Alimentação (PBA), posteriormente unificado no PBF, indicou que as famílias atendidas apresentaram maior Propensão Marginal ao Consumo de Alimentos (PMCA), ou seja, gastaram proporcionalmente mais em alimentos para cada unidade monetária (R\$ 1,00) adicionada à renda familiar, aumentando a quantidade de alimentos consumidos e diversificando a alimentação – tendência maior de gastos com frutas, verduras e carnes (BURLANDY, 2007). Um estudo mais detalhado permite identificar quais alimentos serão mais demandados, dado o aumento na renda.

A PMCA, a partir do incremento de renda, varia entre os diferentes segmentos socioeconômicos, e estudos vêm indicando que nos segmentos mais pobres a elasticidade da renda para o consumo de alimentos, em geral, oscila entre 0,6 e 0,8, assim, 8% a 10% da renda transferida é gasta com alimentos. Logo, a alimentação nestes casos pode ser fortemente impactada pela transferência de renda, visto ser alta a PMCA (BURLANDY, 2007).

Em síntese, a expansão da renda afeta de forma significativa o comportamento de consumo, já que os recursos transferidos serão utilizados prioritariamente para a aquisição de alimentos, haja vista que o rendimento mensal das famílias de baixa renda é direcionado em sua maior parte para este grupo.

Cabe, portanto, ressaltar a importância de conhecer a forma de alocação dos recursos dentro do grupo de consumo alimentação, dado um aumento na renda, verificando-se qual será o impacto do aumento da renda no consumo dos produtos alimentícios.

Vale ressaltar ainda que o aumento da demanda interna devido às transferências de renda, somado ao cenário internacional de alta inflacionária para o grupo alimentação registrado no ano de 2007 e a tendência de continuidade para 2008 requerem maior atenção por parte dos formuladores de política econômica e políticas públicas.

1.2. INFLAÇÃO DE ALIMENTOS EM 2007 E A TENDÊNCIA PARA 2008

Historicamente, aceita-se como irreversível a regra de que os preços dos produtos agrícolas tendem a apresentar quedas reais, ou seja, a subir menos que a inflação. Estas quedas são explicadas principalmente por ganhos de produtividade na agricultura, isto é, a capacidade do setor de continuar se expandindo mesmo com quedas reais nos seus preços. Porém, uma série de questões sociais, estruturais, fiscais e econômicas mundiais tem influenciado para a alteração no patamar dos preços de alimentos.

O ano de 2007 vai entrar nos registros históricos como o ano da inflação da alimentação. No Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) fechou o ano de 2007 com alta de 4,46% - uma alta de 42% sobre o indicador de 2006, que subiu 3,14%. O IPCA de 2007 reverteu a tendência de queda registrada nos cinco anos anteriores, iniciada em 2003. Neste ano, a inflação pelo IPCA foi de 9,30%, 7,60% em 2004, 5,69% em 2005 e 3,14% em 2006, quebrando a trajetória consecutiva de desaceleração em 2007. Os produtos alimentícios foram os responsáveis pela quebra na expectativa, levando a inflação de 2007 a encostar-se na meta definida pelo Banco Central, de 4,5%.

Alimentos e bebidas, que subiram 10,79% em 2007, foram responsáveis por cerca de metade da inflação do ano, ou seja, 2,1 pontos percentuais do total. Nesse item, que tem peso de 21,44% na despesa das famílias, as maiores altas foram nos preços de carnes, leite e derivados. Entre esses produtos, as carnes tiveram a maior contribuição para o IPCA de 2007, com alta de 22,15%, respondendo por 0,39 pontos percentuais do índice total. O grupo leite e derivados aparece como segunda maior contribuição, de 0,36 pontos percentuais no IPCA, com alta de 13,79% em 2007. Já o preço do feijão registrou alta de 109,20%, em média.

Segundo o IBGE, o aumento da demanda até tem contribuído para pressionar esses preços. Todavia, ainda segundo o IBGE, prevaleceram fatores do lado da oferta para a alta inflação nos gêneros alimentícios: condições climáticas desfavoráveis, com quebra de safra em regiões afetadas pela seca, preços elevados dos produtos agrícolas no mercado internacional, aumento das exportações estimulado pela

redução da oferta em países produtores e redução de safra por baixa remuneração dos produtores em períodos anteriores.

Alguns especialistas acreditam que a atual alta nos preços dos alimentos seja normal, tendo em vista que alguns preços estavam defasados e que a inflação de alimentos está ligada geralmente a um choque de oferta transitório. Sendo assim, a elevação dos preços tende a se dissipar com o tempo. Os preços tendem a retornar a seus níveis originais na medida em que a oferta de produtos se regulariza. Por outro lado, há evidências de que a recente elevação da inflação de alimentos mundial ocorre não apenas devido a fatores de oferta, mas também a fatores de demanda. Se a elevação de preços tiver origem na pressão de demanda, pode ser necessária uma ação preventiva, justificando-se, portanto, a postura parcimoniosa na condução da política monetária. Existem diversos fatores relacionados à expansão da demanda na conjuntura mundial atual que podem influenciar sobremaneira a alta nos preços de alimentos. Cabe aqui, portanto, mencionar alguns deles, ressaltando o agravante de que alguns desses fatores tendem a provocar um efeito em cadeia de aumento de preços.

A expansão da demanda global, puxada principalmente pelos países emergentes e pelos produtores de petróleo, tem elevado de forma permanente o nível de demanda. Nesse sentido, de acordo com Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, a grande demanda mundial por alimentos vem da Ásia, especialmente da China, em consequência do crescimento econômico e do aumento de renda de muitos milhões de consumidores. Esses fatores de demanda irão influenciar principalmente a elevação da “inflação agrária”. Essa tendência de alta inflacionária na China pode provocar um mecanismo de reação em cadeia da economia mundial, afetando diretamente e em primeiro lugar a economia norte-americana.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o problema da alta dos preços dos alimentos é a demanda elevada por trigo, milho e outros produtos, que não consegue ser atendida nem pela elevação da produção observada em 2007, com uma safra global de cereais em volume recorde – 2,1 bilhões de toneladas – que, em 2008, tende a ser ainda maior. O motivo é o crescimento vertiginoso na produção de etanol, o que também está contribuindo para a alta nos preços de alimentos. Os biocombustíveis consumirão, neste ano, um terço da colheita (recorde) de milho nos EUA, e isso afeta os mercados de alimentos diretamente. Aumentos nos preços destes alimentos que servem também como matéria-prima, como soja e milho, podem ainda impactar aumentos de preços de produtos finais como a ração e, consequentemente, a própria carne e hortifrutigranjeiros.

Além disso, o petróleo mais caro tem afetado os preços de insumos agroquímicos, devido ao aumento dos custos dos transportes, o que pode se transformar em um efeito em cadeia de aumento de preços. Neste sentido, Nassar (2007) acredita que a razão central para a mudança nos patamares de preços de alimentos é o aumento dos custos, em especial dos fertilizantes, e os insumos mais sensíveis aos preços do petróleo e às cotações dos fretes internacionais. No

caso de um produtor de leite, gado de corte, frango e porco, embora os fertilizantes tendam a pesar menos na conta do custo, o crescimento do preço das rações faz o contraponto.

Em suma, a elevação da inflação de alimentos decorrente da restrição da oferta de *commodities* agrícola, combinada com a elevação global da demanda, parece ter contribuído para a reversão da tendência de queda da inflação. Parece razoável ainda considerar que os fatores associados à expansão da demanda doméstica e internacional estão exercendo importante papel sobre a elevação de preços dos alimentos, tanto no Brasil como em outros países.

Diante deste cenário nacional e internacional apresentado, que, por inúmeros fatores, é de incertezas, aliás, muito maiores do que as observadas nos últimos anos, inicia-se 2008 em estado de alerta.

Embora a conjuntura econômica mundial exija mais atenção quanto às pressões inflacionárias dos alimentos, muitos especialistas acreditam que em 2008 o cenário de inflação seja mais moderado do que foi observado em 2007. De acordo com Boletim da FGV de janeiro de 2008, esta moderação ocorrerá devido ao acréscimo da produção, estimulada pelos aumentos de preços registrados em 2007. Para 2008, os alimentos vão continuar pressionando a inflação, mas não com a mesma intensidade como foi em 2007.

Por outro lado, apesar destas previsões de arrefecimento dos preços de alimentos, é razoável considerar que as pressões inflacionárias também podem continuar altas em 2008. Assim como acreditam os economistas do IBGE, o grupo dos alimentos e bebidas deve continuar sendo “foco de atenção”, uma vez que vai continuar pressionando a inflação. Há indicações de que os preços das *commodities* devam se manter em níveis elevados ao longo de 2008. Com alta nas cotações internacionais dos grãos, haverá também incremento dos custos dos insumos utilizados na produção de carnes, leites e ovos. Os produtos que são destaques para pressionar a alta dos preços de alimentos são os cereais (trigo, soja e milho), e os preços da carne e dos laticínios devem manter o movimento ascendente. Além disso, a pressão fiscal deverá exercer influências para a continuidade da alta inflação em 2008, já que – de acordo com os autores do Relatório de Inflação – os gastos públicos, incluídas as transferências de renda, devem continuar inflando a demanda. A expansão da despesa governamental está indicada na proposta orçamentária recém-enviada ao Congresso Nacional. É importante dar atenção a esse fato, que também representa uma maior demanda pelos produtos alimentícios diante do aumento da renda da população.

A inflação de alimentos é muito volátil e influenciada por diversos fatores. Portanto, é considerada precipitada qualquer previsão mais rigorosa sobre a inflação. O que se procura fazer é um alerta sobre a questão de tendência de alta dos preços de alimentos em 2008 e até mesmo para um período mais longo.

Em síntese, procura-se ter, por precaução, um comportamento *ex ante* diante de um cenário negativo. Porém, o mesmo deve ser feito frente ao cenário

favorável de perspectivas plausíveis de aumento dos investimentos no setor produtivo, podendo-se, então, reverter a situação.

2. IMPACTOS

2.1. COMPORTAMENTO DE CONSUMO ALIMENTAR – ELASTICIDADES-RENDA DO DISPÊNDIO

Nesta seção, foi analisada a sensibilidade do dispêndio de itens do subgrupo alimentação no domicílio, dada uma variação na renda dos consumidores com rendimento mensal inferior a um salário mínimo. Estes resultados permitem verificar qual será o impacto do aumento da renda no consumo dos produtos alimentícios.

Dependendo dos valores encontrados para as elasticidades-renda do dispêndio (E_{RD}), pode-se fazer uma classificação dos bens consumidos: bem Superior (ou bem de luxo) – dada uma variação na renda, o dispêndio varia mais que proporcionalmente; bem Normal – o dispêndio aumenta quando a renda aumenta; bem Inferior – o dispêndio cai quando a renda aumenta.

O grupo alimentação, normalmente, não deve ter uma grande influência da renda nas suas aquisições. A população de Viçosa como um todo tem apresentado baixa E_{RD} para o grupo alimentação. De acordo com dados da POF de 1992, a E_{RD} era de 0,57; em 2005, houve uma queda, e a E_{RD} foi de 0,45. Esse resultado é condizente com a teoria, pois se espera que bens necessários como alimentos apresentem baixa E_{RD} .

As famílias somente terão uma maior sensibilidade no dispêndio com este grupo devido a um aumento na renda, quando os gastos com alimentação ainda forem um item fundamental no orçamento das famílias. Sendo assim, as famílias de baixa renda tenderão a apresentar uma alta elasticidade-renda do dispêndio para o grupo alimentação, pois elas tendem, em sua maioria, a direcionar seus recursos para este grupo, já que este é um bem de maior necessidade na sua cesta de consumo.

Pelos resultados, pôde-se confirmar que as famílias de baixa renda, como é caso da população em estudo (abaixo de 1 salário mínimo), tendem a apresentar E_{RD} mais elevada. A alimentação no domicílio apresentou $E_{RD} = 1,44$ para esta faixa da população, o que indica uma maior variação dos dispêndios com este subgrupo, dada uma variação na renda.

Sendo assim, pode-se dizer, então, que um elevado percentual do orçamento gasto com bens de primeira necessidade não é um bom indicador social. Uma alta para bens básicos, como alimentação, identificada em determinada população – principalmente no caso de menor renda – pode indicar que as necessidades alimentares não estão sendo supridas de maneira satisfatória.

Na Tabela 1 constam os resultados dos cálculos das elasticidades-renda do dispêndio para itens de consumo domiciliar do grupo alimentação no domicílio,

de acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2005. A partir desta Tabela, pode-se perceber que boa parte dos itens alimentícios se apresentou como bens normais necessários, com $0 < E_{RD} < 1$, o que demonstra que, dada uma variação na renda, haverá um aumento no dispêndio com estes bens, porém o dispêndio com estes itens não será tão sensível em relação à renda.

Pode-se destacar que dentre estes itens que apresentaram $0 < E_{RD} < 1$, os hortifrutigranjeiros, carnes e pescados apresentaram E_{RD} próxima a 1, o que indica uma sensibilidade maior em relação à renda. Já os itens que apresentaram $E_{RD} > 1$ foram: pães e massas, leite e derivados, conservas e temperos. Desta forma, um aumento percentual na renda implicará um aumento no dispêndio mais que proporcional com estes bens. Por outro lado, se houver uma queda na renda, espera-se que haja uma renúncia em maior proporção a estes bens do que àqueles que possuem uma E_{RD} menor.

Tabela 1: Distribuição das elasticidades-renda do dispêndio para itens do subgrupo alimentação para a população de Viçosa com renda de até 1 salário mínimo

Itens	E_{RD}
Pães e massas	1, 195487
Leite e derivados	1, 123605
Conservas e temperos	1, 028901
Carnes e pescados	0, 928062
Hortifrutigranjeiros	0, 779678
Doces, chocolates e açúcares	0, 564776
Farinha e féculas	0, 563034
Óleos e gorduras	0, 323015
Bebidas não alcoólicas	0, 318702
Bebidas alcoólicas	0, 297909
Cereais, leguminosas e oleaginosas	0, 2182

Fonte: IPC – DEE.

Vale ressaltar que nenhum dos itens de consumo apresentou $E_{RD} < 1$, não sendo, portanto, nenhum item classificado como um bem inferior, os quais apresentam queda no dispêndio quando há um aumento na renda.

A alta elasticidade-renda revelada para a alimentação no domicílio, bem como para alguns itens que compõem este subgrupo, indica que qualquer aumento de renda recebido pelas famílias carentes de Viçosa (com rendimento de até 1 salário mínimo) será direcionado mais que proporcionalmente para estes bens, podendo, desta forma, exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos, o que pode estar ocorrendo não só em Viçosa, mas no Brasil como um todo.

Se este fato for considerado isoladamente, talvez não seja preocupante, mas somados a isso o cenário internacional de expansão de demanda global e a alta inflacionária para produtos alimentícios, num prazo maior, podem contribuir para aumentar ainda mais a inflação de alimentos, com efeitos adversos aos que se pretendia inicialmente com a criação do programa de transferência de renda e combate à fome, já que uma elevação da inflação de alimentos tende a recair muito mais sobre a população de baixa renda.

Por fim, fica um alerta para o comportamento de consumo que as famílias carentes terão ao receber seus recursos adicionais. A elasticidade-renda é muito importante para entender não só o comportamento do consumo da população de acordo com o crescimento da renda, mas também para fazer previsões de seus possíveis impactos, orientar o direcionamento de políticas públicas, e para auxiliar o combate dos altos níveis de desigualdade vigentes na sociedade, refletidos, principalmente, na apropriação desigual dos bens consumidos pelas famílias.

2.2 O COMPORTAMENTO DA ELASTICIDADE-RENDA DO DISPÊNDIO E VARIAÇÃO NO PREÇO EM 2007

Diante da preocupação de como as famílias carentes irão alocar seus recursos para o consumo, dado um aumento na renda, cabe aqui analisar se o aumento da renda das famílias carentes pode levar a um aumento no consumo de produtos que estão tendo pressão inflacionária, podendo desta forma contribuir para agravar este efeito.

A inflação registrada em Viçosa para o grupo alimentação, no ano de 2007, foi de 10,18%, seguindo a tendência nacional de alta inflacionária para gêneros alimentícios. Pela Tabela 2, percebe-se que o grupo alimentação no domicílio apresentou uma inflação significativamente elevada, de 15,29% no total. No subgrupo alimentação no domicílio, podem-se destacar alguns produtos que apresentaram uma elevação significativa nos preços, caso dos hortifrutigranjeiros, com alta de 42,05%, seguidos pelo leite e derivados com 26,37%, e óleos e gorduras com 21,40%, seguindo, de fato, a tendência observada em todo o país.

A partir do comportamento das elasticidades-renda e destas variações de preços, podem-se destacar algumas relações importantes, conforme será discutido na sequência.

Conforme já visto ao longo deste trabalho, o aumento da renda terá diferentes impactos para o consumo de acordo com o valor da E_{RD} para cada produto. Por exemplo, os produtos que apresentarem alta E_{RD} terão uma variação maior em seu dispêndio, dado um aumento na renda. Ainda de acordo com a Tabela 2, a população de baixa renda ao receber um aumento irá direcioná-lo, principalmente, para o consumo dos itens alimentícios: pães e massas, leite e derivados, conservas e temperos, carnes e pescados e hortifrutigranjeiros, que foram os produtos que apresentaram maior E_{RD} . Porém, estes produtos, exceto temperos e conservas, têm também apresentado uma tendência à alta inflacionária.

Tabela 2: Distribuição das elasticidades-renda do dispêndio para itens do subgrupo alimentação para a população de Viçosa com renda de até 1 salário mínimo contra a variação percentual da inflação em 2007

Subgroup/Item	E_{RD}	Variação % em 2007
TOTAL NO DOMICILIO	1,442243	15,29
Pães e massas	1,195487	5,97
Leite e derivados	1,123605	26,37
Conservas e temperos	1,028901	-2,53
Carnes e pescados	0,928062	13,54
Hortifrutigranjeiros	0,779678	42,05
Doces, chocolates e açúcares	0,564776	-20,32
Farinha e féculas	0,563084	14,49
Óleos e gorduras	0,323015	21,40
Bebidas não alcoólicas	0,318702	6,76
Bebidas alcoólicas	0,297909	10,53
Cereais, leguminosas e oleaginosas	0,2182	10,54

Fonte: IPC-DEE.

Este fato torna-se preocupante, pois justamente os produtos de maior E_{RD} , ou seja, que terão um maior incremento em sua demanda a partir de um aumento da renda, são os que estão tendo maior tendência de elevação de preços, caso principalmente de leite e derivados, que apresentaram elevada E_{RD} e grande variação de preços em 2007.

Diante do cenário internacional de alta inflacionária, uma pressão sobre a demanda interna de alimentos, causada pelos programas de transferências de renda, pode contribuir para intensificar ainda mais a alta de preços, podendo, inclusive, comprometer o objetivo principal do programa.

2.3 O MAIOR IMPACTO INFLACIONÁRIO SOBRE A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Percebe-se, na sociedade, um sentimento de que os índices de preços divulgados pelos órgãos competentes não refletem o que, de fato, as famílias experimentam em seus orçamentos domésticos. De acordo com Boletim do Dieese (1999), um índice de preços ao consumidor procura medir a variação de preços de um conjunto de bens e serviços que compõem os gastos de uma família. No entanto, as famílias têm gastos diferenciados devido às diferenças de renda, faixa etária, ciclo de vida, entre outros fatores. Por isso, o padrão de consumo – referência para os índices de preços – não corresponde ao de uma família específica, e sim à média dos padrões das diversas famílias. É possível, então, verificar baixa taxa de inflação e, ao mesmo tempo, alta considerável no custo de vida de determinados grupos de pessoas.

Sendo assim, a “verdadeira” taxa de inflação, segundo a percepção popular, pode ser mais alta que a apontada pelos índices gerais. A inflação terá impacto diferenciado, principalmente devido às variações na renda, pois para cada nível há uma composição distinta de bens na cesta de consumo. Ou seja, cada família irá sentir os efeitos da inflação de maneira diferente.

As famílias de classe de renda baixa têm nos alimentos, principalmente os mais populares, um peso muito maior do que aquele obtido caso a amostra fosse feita entre membros de família com maior poder aquisitivo, os quais têm importância menor na sua pauta de consumo, uma vez que itens como lazer, cultura e educação consomem em maior proporção o orçamento doméstico (DIAS *et al.*, 2007), ou seja, as famílias com renda mais alta podem direcionar seu orçamento para outras áreas de sobrevivência que não sejam as básicas e que lhes dão maior satisfação. As famílias de renda mais baixas têm uma cesta de consumo menos diversificada, tendendo a concentrar a maior parte do seu orçamento no grupo alimentação.

Em 2007, o reajuste dos alimentos fez a inflação ter maior impacto sobre as famílias mais pobres, uma vez que estes consumidores estão muito mais expostos aos fortes aumentos de preços de itens alimentícios, devido à elevada frequência com que estes produtos são adquiridos. Os alimentos tiveram alta de 11,91%, enquanto os produtos não alimentícios aumentaram 2,63%. Dessa forma, pode-se dizer que a inflação no ano de 2007 foi desfavorável aos pobres porque a alta dos preços incidiu mais sobre os itens indispensáveis do que sobre aqueles de segunda necessidade.

A FGV constatou que o IPC – I a 2,5 mínimos, para as famílias de baixa renda – nos quatro anos para os quais foi calculado, pela primeira vez superou o IPC total I a 33 mínimos. A principal razão deste afastamento entre os índices é o peso do grupo alimentação. Para as famílias mais pobres, a chamada inflação de alimentos

respondeu por 72% do resultado global no ano de 2007, ante 61% no IPC - um a 33 mínimos. A FGV concluiu que as famílias brasileiras com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos foram as mais afetadas pelos aumentos nos preços dos alimentos em 2007.

Se levado ao máximo de rigor, pode-se afirmar que para cada classe de renda distinta tem-se um índice de preços. As pessoas de baixa renda gastam, em média, maior parte de seu orçamento com itens de necessidade do que com itens de luxo. Assim, se o preço das necessidades aumenta mais rapidamente que o dos itens de luxo, os pobres são mais afetados que os não-pobres. Sendo assim, as ponderações devem variar em função dos rendimentos de cada faixa da população. (KAKWANI e SON, 2006).

Cabe destacar ainda que a inflação tende a gerar maiores impactos sobre os pobres no sentido de que estes estão muito mais expostos às variações de preços, sem ter mecanismos para proteger os seus rendimentos. A inflação irá causar perdas no valor real dos salários dos pobres após seu pagamento, enquanto os relativamente ricos têm muito mais facilidade de proteger seus rendimentos da erosão inflacionária, colocando-os em fundos bancários, por exemplo. A inflação é, inclusive, um risco ao bom desempenho do PBF, pois os recursos transferidos em forma monetária sofrem perda com a inflação, principalmente se esta for em gêneros alimentícios, já que boa parte dos recursos das famílias carentes tendem a se voltar para esse grupo de consumo.

Por fim, pode-se concluir que o aumento da inflação é um reflexo direto da crise financeira mundial, atingindo o Brasil e principalmente a população trabalhadora, pertencente à classe de renda baixa, pois o aumento foi registrado, em especial, para os alimentos que são do grupo de gêneros de primeira necessidade, mais consumidos pela população. Nesse ínterim, a inflação de 2007 pode parecer, para as classes de renda mais baixa, ainda maior do que efetivamente foi, devido à maior exposição dos consumidores aos fortes aumentos de preços de itens alimentícios.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas neste trabalho confirmam a hipótese de que a expansão da renda afetará de forma significativa o comportamento de consumo de alimentos na classe de renda baixa, na qual os recursos transferidos serão utilizados prioritariamente para as necessidades alimentícias.

Pelos resultados, confirmou-se que as famílias de baixa renda tendem a apresentar E_{RD} elevada para a alimentação no domicílio. Esta alta E_{RD} revelada para este subgrupo, bem como para alguns itens que o compõem, indica que qualquer aumento de renda dado às famílias carentes de Viçosa será direcionado mais que proporcionalmente para estes bens, podendo, desta forma, exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos, o que pode estar ocorrendo não só em Viçosa, mas no Brasil como um todo.

Algumas relações importantes foram tiradas a partir do comportamento das E_{RD} e das variações de preços. Porém, estes resultados mostram-se preocupantes, pois justamente os produtos de maior E_{RD} , ou seja, que terão um maior incremento em

sua demanda a partir de um aumento da renda, são os que estão tendo maior tendência de elevação de preços, caso principalmente de leite e derivados, que apresentaram elevadas E_{RD} e grande variação de preços em 2007.

Fica então um alerta para o comportamento de consumo que as famílias carentes terão ao receber recursos adicionais provenientes dos programas de transferências de renda. Essa pressão sobre a demanda devido à renda adicional, considerada isoladamente, talvez não seja preocupante, mas diante do cenário internacional de expansão de demanda global e alta inflacionária para produtos alimentícios, pode contribuir para intensificar ainda mais a alta de preços, podendo, inclusive, comprometer o objetivo principal do programa, o de combater a fome.

Por fim, destacou-se o fato de que a inflação tem impactos diferenciados, pois para cada nível de renda há uma composição distinta de bens na cesta de consumo. Portanto, uma alta inflacionária em gêneros alimentícios merece atenção dos formuladores de políticas públicas, já que esta tende a recair principalmente sobre as famílias de baixa renda.

Vale destacar que este estudo do comportamento do consumo da população de acordo com o crescimento da renda é importante não só para orientar o direcionamento de políticas públicas, mas também para fazer previsões acerca de seus possíveis impactos, para que seja possível combater os altos níveis de desigualdade vigentes na sociedade, refletidos, principalmente, na apropriação desigual dos bens consumidos pelas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAS, J. **Soja deve promover inflação nos preços de alimentos**. 2007 Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2007>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

BURLANDY, L., Transferência Condicionada de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista de Ciência e saúde coletiva**. vol. 12 no.6. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 fev. 2008.

DIAS, A. C., FONSECA, L. S., FRANCO, C. S. **Inflação, Índices de preços e percepção da inflação**. 2007 Disponível em: <<http://apl.unisum.edu.br/augustus/artigo>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

DIEESE – **Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos** – Boletim econômico, 2008 Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

IBRE - **Instituto Brasileiro de Economia** – FGV. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

KAKWANI, N., SON, H. **A Inflação foi Antipobre entre 1999 e 2006**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

MARQUES, E. **Sobre a Evolução Recente da Inflação de Alimentos**. Comentário Macroeconômico – 2007. Disponível em: <<http://www.opportunity.com.br/Comunicacao/comentario>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

MARQUES, R. M. **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/cesit/>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

MDS - **Ministério de desenvolvimento Social de Combate à Fome**- Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 25 fev. 2008.

NASSAR, A. M. **Inflação nos alimentos - dá para acreditar?** Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2007>>. Acesso em: 23 fev. 2008.

PBF - **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

Relatório de Inflação. Rio de Janeiro, 2007 Disponível em: <<http://www.fecomercio-rj.org.br>>. Acesso em: 17 fev. 2008.